

Dura resposta dos bancos a um gesto de boa vontade

A primeira impressão que se tem, ao tomar conhecimento da proposta do comitê de bancos ao governo brasileiro, é de que adiantou muito pouco a demonstração de boa vontade do País ao fazer recentemente um pagamento de US\$ 350 milhões aos credores, valor correspondente a 37% dos juros vencidos relativos ao mês de janeiro deste ano. Os banqueiros responderam com uma oferta de US\$ 4,5 bilhões a US\$ 5 bilhões de novos empréstimos destinados a atender às necessidades de dinheiro novo do País em um período de dois anos e meio (de 1º de janeiro de 1987 a 30 de junho de 1989).

Essa proposta vem reforçar os argumentos de políticos e empresários nacionais que se opuseram àquele gesto unilateral do governo Sarney, justificado na época como necessário para aliviar as tensões acumuladas no relacionamento com a comunidade financeira internacional. Esse efeito, se existiu, parece neste momento insignificante. Pode-se esperar, em consequência, que aumentem as pressões internas sobre o governo para que adote uma atitude mais firme nas negocia-

ções, tanto mais considerando a exigência do comitê de que o País, mesmo para obter novos empréstimos em um volume muito inferior ao que necessita, assegure o aval do Fundo Monetário Internacional (FMI). Os bancos não querem, segundo se depreende do noticiário, que o Brasil chegue a um acerto com o Fundo antes de ter início o desembolso dos empréstimos, mas que oficialmente se engaje em negociações com aquela instituição com vistas a um acordo formal.

A primeira vista, a oferta dos bancos abala a posição negociadora do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, às vésperas de sua viagem aos Estados Unidos para manter os seus primeiros contatos com as autoridades americanas e os representantes dos grandes bancos internacionais. Mas pode ser também que a revelação pública da proposta antes da viagem do ministro o ajude a sensibilizar o governo americano quanto ao tratamento desigual a que se pretende submeter o País, e que Washington se decida a fazer valer os seus instrumentos de pressão sobre os bancos.

Quanto à desigualdade de tra-

tamento, ela chega a ser gritante, se levados em conta os termos das negociações dos bancos internacionais privados com o México. Não está ainda bem claro que os US\$ 4,5 bilhões a US\$ 5 bilhões oferecidos ao Brasil incluem ou não o valor de US\$ 3,08 bilhões de créditos a curto prazo, que 114 bancos credores se comprometeram a proporcionar ao País, em dezembro do ano passado, para saldar a maior parte dos juros vencidos em 1987. Como dois terços dessa última soma não foram desembolsados e como o prazo para a concessão dos novos empréstimos vai do início de 1987 a meados de 1989, pode-se entender que os créditos a curto prazo façam parte do "pacote" total. Neste caso, o dinheiro novo que o comitê está agora disposto a fornecer fica reduzido a US\$ 2 bilhões, o que é simplesmente ridículo. Além disso, os bancos propuseram um "spread" próximo a 1%, que seria certamente superior à taxa de risco conseguida pelo México (0,8125%).

O que os defensores da posição adotada pelo governo brasileiro quanto à dívida externa na gestão do ministro Nóbrega podem argumentar é que as negociações

estão apenas começando e é natural que os bancos credores partam de uma posição dura, de modo a limitar as concessões que poderão fazer em uma fase posterior. Esse raciocínio não é destituído de certa base e pode ser que ele explique o "vazamento" da proposta pouco antes da viagem do ministro aos Estados Unidos.

Outra hipótese é que a oferta resulte de falta de coesão interna do comitê de bancos, que perde a representatividade à medida que um número cada vez maior de seus integrantes constitui ou eleva suas reservas para cobrir prejuízos em operações de empréstimos a países em desenvolvimento. Assim, as negociações poderiam vir a ter um novo desdobramento, passando a incluir tão somente os grandes bancos, as instituições financeiras internacionais e o governo americano.

Em face das circunstâncias, qualquer conclusão antes da viagem do ministro Nóbrega aos Estados Unidos parece precipitada. O que os fatos estão a indicar, a nosso ver, é que as negociações da dívida deverão adquirir, de ora em diante, um cunho predominantemente político.